

O CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS NAS OPERAÇÕES DE PAZ E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CULTURA ESTRATÉGICA

ALEXANDRE LUIZ ALVES DA SILVA*
Capitão de Mar e Guerra (FN)

SUMÁRIO

Introdução
Caráter expedicionário do CFN
O CFN e os ensinamentos aprendidos
Contribuição do CFN para a construção de uma
Cultura Estratégica brasileira
Conclusão

INTRODUÇÃO

O Brasil, tendo uma demanda histórica de integrar o Conselho Permanente de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), entendeu que era necessário o desenvolvimento de algumas ações no âmbito nacional e internacional, uma delas fortalecer parcelas de suas Forças

Armadas (FA) para que tivessem presença em operações de longo alcance em diferentes locais do mundo, por meio de missões de estabelecimento ou de manutenção da paz sob o comando de organismos internacionais (OI). A Marinha do Brasil (MB) percebeu que deveria adaptar-se, o mais rápido possível, a fim de aprimorar sua capacidade de tentar prever possíveis

* Doutor e mestre em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval. Foi docente e pesquisador convidado pela Escuela Superior de Guerra General Rafael Reyes Prieto, Colômbia, no período 2022-2024. Possui os cursos de Operações Especiais, Comandos Anfíbios, Paraquedista Militar e Operações na Selva. Atuou 28 anos em unidades de ensino e operacionais no Corpo de Fuzileiros Navais (CFN).

empregos, tanto no ambiente interno, contra ameaças de qualquer natureza, como no exterior, em virtude de catástrofes ou de conflitos internos existentes em algum país, quando poderia ser solicitado o emprego de tropas. Com o intuito de antecipar-se a possíveis demandas, na Política Nacional de Defesa (PND)¹ foi elencado que, “no contexto nacional, espera-se que o Brasil almeje inserir-se cada vez mais no cenário internacional, obtendo maior representatividade nas decisões, em especial, em fóruns de alcance regional e global” (BRASIL, 2020, p. 13)².

Assim, foi considerada fundamental maior participação nestes tipos de cenários externos a fim de mostrar ao mundo como o Brasil poderia projetar suas FA e as capacidades desenvolvidas ao longo dos anos, as quais seriam essenciais para o desenvolvimento de uma cultura estratégica própria e de caráter nacional. Todavia estes tipos de eventos, missões de paz ou de ajuda humanitária no exterior não se realizam da noite para o dia. Há que se ter um planejamento prévio, em que se visualizam cenários, possibilidades, limitações, forças, oportunidades, fraquezas e ameaças. Além disso, também se faz necessário ter uma tropa pronta para

desdobrar-se rapidamente no exterior, com todos os meios necessários para cumprir as missões oriundas do Conselho de Segurança da ONU (CSONU).

O Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), tropa anfíbia integrante da MB, especializou-se nestes tipos de missões. A sua história aponta para atuação em cenários onde são necessários militares especializados com capacidade de serem desdobrados rapidamente e com meios exequíveis. Na Estratégia Nacional de Defesa (END)³ do Brasil, documento elaborado em 2008, foi definido que “o CFN, Força de Caráter Anfíbio e Expedicionário⁴ por Excelência, se constitui em parcela do Conjugado Anfíbio⁵ da Marinha do Brasil” (BRASIL, 2020, p. 51). Sua atuação em ambientes externos mostrou a intenção do CFN de contribuir para a consolidação de uma cultura brasileira de emprego de tropas no exterior, e isto se deu a partir da sua participação em alguns eventos, os quais darão base a este estudo de caso.

Atento a isto, ao longo de sua história, o CFN, tendo como marca registrada estar na vanguarda ou “sair na frente”, entendeu que era necessário construir uma cultura que deveria ser própria, intrínseca, tendo como pressuposto registrar os conheci-

1 Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf. Acesso em: 7 mar. 2023.

2 Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa. Acesso em: 7 mar. 2023.

3 Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf. Acesso em: 7 mar. 2023.

4 A palavra expedicionário significaria executar tarefas distante de suas próprias bases sem ter condições favoráveis. Essa bravura serviria de motivação para agir sem considerar que poderiam estar ausentes as condições perfeitas, o que, certamente, sugere rápida adaptação às situações que porventura se apresentem, levando aquele que desembarca, em muitas ocasiões, à decisão de se estabelecer por um determinado tempo na posição até que as condições existentes melhorem, a fim de que sejam realizados outros movimentos (BRASIL, 2013, p. 2-2).

5 Conjugado Anfíbio é o “conjunto de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais prontos para cumprirem missões relacionadas à projeção do poder sobre terra” e “Força Naval, com um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GpOpFuzNav) embarcado, juntamente com os meios aeronavais adjudicados, em condições de cumprir missões relacionadas às tarefas básicas do Poder Naval”. Disponível em: <file:///C:/Users/alex/Downloads/md35-g-01-glossario-das-forcas-armadas-5-ed-2015.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2023.

mentos adquiridos em missões que tenha integrado, e evoluir a partir da análise sobre falta de conhecimentos mais aprofundados sobre diversos assuntos, erros e acertos. Esta mudança poderia ocorrer se o CFN abandonasse conceitos de seu emprego, basicamente voltado para operações terrestres até o início dos anos 60 do século XX, partindo para uma atuação voltada à projeção de poder sobre terra a partir de plataformas navais, tendo uma doutrina própria, e isto ocorreu.

Seguindo uma ordem cronológica, após a Introdução, será descrito o caráter expedicionário do CFN desde sua origem e algumas participações no exterior, mostrando o quanto é necessário ter uma tropa pronta para ser projetada em qualquer ambiente operacional, tanto em missões de paz como em situações que envolvam ajuda humanitária, estando estas atualmente sob coordenação e comando da ONU. Em seguida, serão elencados os ensinamentos operativos e administrativos aprendidos pelo CFN ao longo das missões realizadas no exterior em missões de paz, ou de ajuda humanitária, quando integrou contingentes na República Dominicana (RD), em Angola e no Haiti. Depois, será mostrado como esses ensinamentos ajudaram a construir uma cultura própria no CFN, o que muito contribuiria para consolidar a cultura estratégica própria do Brasil para o emprego de suas tropas de forma expedicionária, tanto no Brasil como no exterior, fortalecendo a posição do país no cenário internacional. Após estas construções, será elaborada uma breve conclusão. A metodologia de pesquisa incidirá, além das teses acadêmicas e fatos históricos, na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa.

CARÁTER EXPEDICIONÁRIO DO CFN

A história do CFN teve início antes de 1808, data da chegada da família real portuguesa ao Brasil, ainda colônia de Portugal. Naquela ocasião, Napoleão Bonaparte, já como imperador da França e após inúmeras vitórias nas batalhas em que se envolveu na Europa, decidiu ocupar Espanha e Portugal. Não tendo outra opção, o regente português à época, D. João VI, com toda a sua corte, decidiu abandonar Portugal e seguir para o Brasil. Para proteger a si, sua família e seus navios, também embarcaram em Portugal integrantes da Brigada Real da Marinha (BRM)⁶, criada em Portugal e que daria origem ao atual CFN da MB.

A BRM foi criada em 28 de agosto de 1797 por alvará da Rainha D. Maria I. Seu efetivo era composto de 5.222 homens, todos distribuídos em três divisões: os artilheiros-marinheiros, que cuidavam de todo o trabalho afeto à artilharia de bordo; os artífices e lastradores-marinheiros, que realizavam reparos e manutenção das embarcações e todo o serviço relativo à carpintaria; e os fuzileiros-marinheiros, os quais garantiam a segurança dos meios navais e a guarda dos arsenais de Marinha e realizavam os transbordos e eventuais desembarques. Em 7 de setembro de 1807, o Príncipe Regente D. João VI reorganizou a BRM por meio de um outro alvará, que diminuiria o efetivo para 2.992 homens, criando um Estado-Maior, tornando todos os seus integrantes “artilheiros”. Após a chegada da corte portuguesa ao Brasil, D. João tornou público outro importante alvará, datado de 13 de maio de 1808, que impôs uma nova organização,

6 Disponível em: https://ccm.marinha.pt/pt/museumarinha_web/multimedia_web/Paginas/efemeride-criacao-brigada-real-28ago19.aspx. Acesso em: 8 mar. 2023.

Este movimento realizado pela BRM, que, embarcada em navios da coroa portuguesa, navegaria por uma boa parte da costa brasileira, poderíamos caracterizar, nos dias atuais, de caráter expedicionário, merecendo toda admiração por ter sido feito logo após a chegada da coroa portuguesa, não tendo seus integrantes qualquer conhecimento sobre o que e quem iriam enfrentar, após seu desembarque nas praias em Caiena. Simplesmente receberam a ordem, embarcaram e partiram para o cumprimento de seus deveres. Após o sucesso na empreitada e seu retorno, seus integrantes instalaram-se na Fortaleza de São José da Ilha das Cobras, onde passaram a ocupar instalações que eram destinadas inicialmente para ser um presídio (DE MELO, 2010, p. 68).

Em 1821, quando D. João VI regressou a Portugal, uma parcela da BRM permaneceu no Brasil sob responsabilidade de seu filho e herdeiro. Em 24 de outubro de 1822, já tendo declarado a independência do Brasil, D. Pedro I determinou uma total reorganização da BRM, que passou a ser denominada Batalhão de Artilharia da Marinha (RAMOS, 2020, p. 43). Até 1932, esta tropa mudou de nome em vários momentos, tendo sido nominada Corpo de Artilharia da Marinha, Batalhão Naval, Corpo de Infantaria de Marinha, Regimento Naval e, finalmente, em 1932, Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), quando iniciou sua expansão, ocupando posições no território brasileiro para a defesa de instalações navais de interesse da MB (Figura 1).

Desta forma, há que se perceber que o CFN, apesar de ter sua origem na

BRM de Portugal e nos militares que a compunham, no Brasil, historicamente, foi criado como uma tropa de artilharia destinada à proteção da capital na qual se instalou a coroa portuguesa; à proteção dos navios da recém-criada MB, nos conflitos em que ela se envolveu, exercendo atividades de artilheiros-marinheiros que cuidavam de todo o trabalho afeto à artilharia de bordo; e, desdobrada em locais importantes do território nacional, à garantia da defesa de instalações navais de interesse da MB.

Todavia, após a Segunda Guerra Mundial, em virtude do sucesso dos Marines, as tropas de fuzileiros navais americanas no Pacífico, o CFN do Brasil percebeu que, desde a sua origem, ainda como BRM, tinha perfil de atuação parecido, pois no decreto de sua criação, em 1797, foi descrito que, aos fuzileiros-marinheiros seriam destinadas tarefas de realização de “transbordos e eventuais desembarques”.

Desta forma, a MB decidiu enviar aos Estados Unidos da América (EUA) oficiais para aprenderem a doutrina americana de emprego dos Marines, e estes ensinamentos influenciaram sobremaneira a forma de emprego dos integrantes do CFN do Brasil.

Naquele período, aquela geração de chefes navais entendeu as oportunidades de emprego do CFN como força de projeção de poder no exterior e possibilidade de desenvolver e consolidar essa mentalidade de atuação como um destino manifesto, ou seja, tornar o CFN do Brasil a tropa especializada em missões com perfil expedicionário por

O CFN foi criado como tropa de artilharia destinada à proteção da capital onde se instalou a coroa portuguesa

meio de seu emprego em situações reais e locais distantes do território nacional, o que certamente, em um futuro não tão distante, se mostraria como uma decisão acertada. A partir dos anos 60, o CFN se lançou ao exterior. Suas tropas atuaram na República Dominicana, em Santo Domingo (1965-1966), sob mando da Organização dos Estados Americanos (OEA), e em Angola (1995-1997) e no Haiti (2004-2017), sob mando da ONU, compondo forças internacionais para manter ou impor a paz.

República Dominicana – Santo Domingo (1965-1966)

A República Dominicana (RD) vivia, no início dos anos 60 do século XX, um período turbulento de sua história. Após 30 anos de ditadura, havia sido eleito um presidente que supostamente não agradava aos anseios americanos para a região. Em 1963, parcela das Forças Armadas Dominicanas (FAD) promoveu um golpe de estado e derrubou o presidente eleito. Outra parcela, autodenominada constitucionalista, se posicionou contra esse movimento e, em virtude dessa situação, tiveram início vários conflitos internos. Os EUA, atentos ao que se passava em seu entorno estratégico, vivenciando o que era conhecido como “Guerra Fria” e preocupados com a propagação da influência soviética na região do Caribe, pois Cuba, a partir de 1959, já havia adotado o regime comunista, fez uma intervenção na RD, utilizando inicialmente um pequena fração de seus militares. Logo em seguida, após decisões tomadas no âmbito da OEA, foi deliberada uma intervenção constitu-

ída por militares de diversos países e sob controle e supervisão deste órgão. Assim, em maio de 1965, foram enviadas tropas a Santo Domingo, capital da RD.

Tendo sido assinado o Decreto nº 56.308, de 21 de maio de 1965⁷, foi autorizado pelo Congresso Nacional do Brasil a formação da Força Armada Interamericana do Brasil (Faibras) para integrar a Força Interamericana de Paz (FIP), sob o mando da OEA. O Brasil integrou este contingente enviando militares do Exército Brasileiro (EB) e da MB. Da Marinha, a Faibras foi constituída por um grupamento do CFN, totalizando 270 militares. No dia 27 de maio de 1965, a Faibras concluiu sua concentração na capital dominicana, Santo Domingo⁸ (FAN, 2015, par. 3).

Inicialmente, o contingente brasileiro esteve diretamente subordinado ao Comando da FIP, assim como todos os outros contingentes estrangeiros. Mas essa estrutura foi logo modificada, e a FIP passou a enquadrar dois grupamentos de forças: o primeiro, chamado Forças dos EUA na República Dominicana (USFORDOMREP), que reunia os efetivos norte-americanos; o segundo, a Brigada Latino-Americana, que enquadrava todos os outros contingentes. Em razão de o contingente do Brasil ser o maior, o comando desta Brigada coube, cumulativamente, ao comandante da Faibras. Em 1965 e 1966, ao longo de 16 meses, mais de 3 mil militares brasileiros cooperaram com outros contingentes americanos para restabelecer a normalidade político-social naquele país caribenho. (MENDONÇA, 2017, p. 25)

7 Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=56308&ano=1965&ato=a4eQTU61keZRVt845>. Acesso em: 9 mar. 2023.

8 Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/ecos/noticia/19481/50-anos-da-participacao-brasileira-faibras-na-estabilizacao-da-republica-dominicana/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

Entre maio de 1965 e setembro de 1966, a Faibras operou com profissionalismo, comprometimento, eficiência e eficácia, participando de várias missões de cerco, isolamento, pontos de checagem, patrulhas e emprego de tropa para controle de distúrbios civis provocados por manifestações violentas que ocorriam. Nesta missão, o uso da Faibras mostrou o alto grau de profissionalismo e o elevado senso de responsabilidade de seus integrantes, além de terem levado a terras distantes e a povos necessitados o calor humano, que tão bem caracteriza a gente brasileira. Os ensinamentos obtidos, frutos das ações realizadas, seriam repetidos em um futuro não tão próximo no país vizinho, o Haiti (FAN, 2015, par. 16).

As ações realizadas pelo CFN, ao integrarem vários contingentes da Faibras, e as experiências colhidas proporcionaram aos efetivos utilizados aprendizados que contribuiriam no futuro para a soma de conhecimentos na construção de uma cultura estratégica própria para o CFN e a MB, entre os quais mencionam-se o planejamento feito com perfeição e rapidez pelo Estado-Maior brasileiro, o embarque de tropas e o deslocamento de navios da MB com todo o material embarcado. A execução realizada pelas tropas envolvidas impressionou positivamente os americanos, pois estes estavam convencidos de que jamais fariam o mesmo sem que houvesse combates, por conta da intensa animosidade que os dominicanos tinham pelos militares americanos.

Angola (1995-1997)

A história de Angola foi marcada por intensos conflitos desde que foi declarada sua independência de Portugal, em 1975. O país viveria uma guerra civil até 2002, inicialmente tendo como base grupos que

se antagonizavam em função da Guerra Fria. A partir de dezembro de 1988, a pedido dos governos de Angola e Cuba, a ONU, por meio do seu Conselho de Segurança, decidiu por implementar duas Missões de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem I e II). O Brasil esteve presente por meio de observadores militares, todavia as metas definidas não foram atingidas.

Em 1995, foi criada uma terceira missão, quando a MB participou com tropa constituída integrando um contingente que também contava com tropas do Exército Brasileiro (EB). Todos os equipamentos foram transportados em navios da MB, aprendizado adquirido durante a missão na RD. A Companhia de Fuzileiros Navais (CiaFuzNav) do CFN foi mobilizada e tinha como tarefa principal controlar a área de aquartelamento da União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) na região de Chitembo, situação bem diferente da realizada na RD em 1965-1966. Além deste grupamento, também integrou o contingente brasileiro um pelotão de engenharia de fuzileiros navais, que participou ativamente da desminagem de inúmeras áreas e com equipes de saúde (SILVA, 1997, p. 6).

A participação da MB com sua tropa anfíbia terminou em 1997. Cerca de 2 mil militares cumpriram missões em Angola. Alguns oficiais que participaram da intervenção na RD, realizada 30 anos antes, como oficiais subalternos, já eram oficiais superiores em Angola. Assim, eles usaram suas experiências adquiridas em outro cenário para transmitir conhecimentos aos jovens oficiais e às praças, a fim de construir uma cultura própria de atuação do CFN no exterior. Após o Brasil ajudar a solucionar um problema na RD, em 1965, contingentes brasileiros voltariam à Ilha de Hispaniola, mas desta vez ao Haiti.

Haiti (2004-2017)

Após as experiências e ensinamentos obtidos na RD e em Angola, a MB, novamente, teria a oportunidade de atuar no exterior com sua tropa anfíbia, o CFN, em 2004, quando foi criada a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah), por meio da Resolução 1.542 de abril de 2004⁹, do Conselho de Segurança da ONU, na qual participaram militares de outros 15 países. As tropas do CFN que seriam deslocadas para o Haiti já estavam se preparando havia alguns meses e foram desdobradas em maio de 2004. Segundo o então Departamento de Operações de Paz (DPKO), o tempo entre a aprovação do mandato e a chegada das primeiras tropas foi um dos mais curtos da história da ONU. Este objetivo foi atingido graças à capacidade de mobilização das FA do Brasil e, particularmente, da MB, pois o efetivo internacional planejado para a missão somente estaria completo quase seis meses depois (BRAGA, 2005, p. 54).

O fato marcante para a história do CFN não se resume ao caráter pioneiro de emprego de tropas expedicionárias em missão de paz. Isso faz parte do passado glorioso dessa lendária corporação. Digno de nota foi o cumprimen-

to do prazo, pelas Forças de Fuzileiros da Esquadra (FFE)¹⁰, de 48 horas para o embarque de tropa, equipamentos e material para a montagem de uma base em solo haitiano, que conferisse permanência às ações dos fuzileiros navais que aterrissaram pela primeira vez em Porto Príncipe, bem como dos que os sucederiam nessa missão de paz, até o seu término. (MONTEIRO, 2010a, in DA SILVA, 2010)

Durante os 13 anos de duração, a missão viveu diferentes momentos e teve um início complicado em virtude da falta de efetivo, da falta de conhecimento do país e pela dificuldade com a língua *créole*¹¹ e a cultura haitiana. Até o final do sexto contingente,

enviado ao Haiti em dezembro de 2006, os militares brasileiros viveram intensos combates para anular a presença e o controle que diversas gangues exerciam em Porto Príncipe, capital do Haiti. Até

a metade do período do sétimo contingente, os fuzileiros navais, integrando o batalhão brasileiro no Haiti, tinham como tarefa ocupar e controlar a região de Cité Soleil¹², considerada pela ONU, até então, um dos lugares mais perigosos do mundo.

Tropas do CFN estiveram envolvidas em inúmeros combates nesta área, com uso de diferentes técnicas operacionais

A missão no Haiti teve início complicado pela falta de efetivos e de conhecimento do país e da língua

9 Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2005/3729.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2023.

10 Histórico da FFE. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/comffe/node/5>. Acesso em: 9 mar. 2023.

11 O *créole* é uma língua vernácula de origem francesa que se desenvolveu no final do século XVII e início do século XVIII. Era usada principalmente nas plantações de cana de açúcar do Haiti, a partir de contatos entre colonos franceses e escravos africanos. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Haitian-Creole>. Acesso em: 9 mar. 2023.

12 Cité Soleil. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-62186806>. Acesso em: 9 mar. 2023.

e emprego constante de seus armamentos para conter ofensivas das gangues locais. As lições aprendidas em função das experiências adquiridas pelos soldados marcaram profundamente todos os integrantes daqueles seis primeiros contingentes de fuzileiros navais e seriam de grande importância na construção de conhecimentos pela instituição e por seus militares e, ainda, para a contribuição do CFN na elaboração de uma cultura própria do Brasil, voltada para a participação em missões de paz.

Na metade do sétimo contingente, em setembro de 2007, as tropas do CFN foram trocadas de posição e receberam uma Área de Responsabilidade (AOR) dentro da Área de Operações¹³ já pacificada, onde existiam apenas conflitos pontuais. A orientação da Minustah, naquele momento, em virtude da pacificação da capital, era diminuir ou acabar com as intervenções generalizadas quando ocorriam combates entre tropas militares e resquícios das gangues ainda resistentes. Objetivava-se aumentar as ações de patrulha e de policiamento, visando apoiar com mais intensidade a Polícia Nacional do Haiti (PNH) e fazê-la atuar dentro das favelas.

Esta mudança de AOR aparentemente parecia ser algo fácil de ser realizado e sem grandes consequências, todavia a realidade mostrou-se bem diferente. Em Cité Soleil, o CFN já havia criado uma “proximidade” com os moradores. Isto demandou um trabalho de aproximação e conquista de confiança que durou mais de dois anos. Na nova AOR, tudo teria que ser feito partindo praticamente do zero.

Todavia algo parecia ser difícil de realizar, mas, ao serem utilizados os aprendizados adquiridos anteriormente, os fuzileiros navais transformaram as dificuldades em oportunidades, criando laços com os novos moradores a partir de pequenas reformas de prédios locais ou doação permanente de alimentos e água, atividades que não eram operacionais, mas que criavam “laços de amizade” com a população.

Em 2008, o país viveria uma catástrofe humanitária devido à passagem de um furacão. Desta forma, os militares do CFN, que tinham sido preparados para combate e policiamento, passaram a atuar na realização de apoio humanitário, o que também acabou sendo importante para a compreensão de como funciona, logisticamente, a ONU em situações de crise. Após recuperar-se deste desastre, novamente caminhando para uma situação de paz e existindo a possibilidade de término da missão, no início de 2010 ocorreu um terremoto de proporções catastróficas para o país. Era o período de rodízio entre o 11º e 12º contingentes. Uma primeira parcela do novo contingente¹⁴ havia acabado de chegar a Porto Príncipe em 11 de janeiro. Apenas um dia depois, este grupo também foi surpreendido por um terremoto, que ocorreria às 16h53 de 12 de janeiro.

Os aprendizados anteriores pouco serviram naquele momento. Os militares do CFN haviam sido treinados de forma extenuante para combate e policiamento e agora se viam totalmente envolvidos em ações de ajuda humanitária fruto de um terremoto, algo que não era normal de ocorrer no Brasil. A própria Minustah

13 Área de Operações, segundo a Doutrina de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa, 1º volume, 2020, é o espaço geográfico necessário à condução de operações militares. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md30-m-01-vol-1-2a-edicao-2020-dou-178-de-15-set.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2023.

14 O autor integrou o grupo que saiu do Brasil no primeiro voo do 12º contingente, no final da manhã de 10 de março de 2010, pousando no Haiti no mesmo dia.



Figura 2 – Hotel Christopher (14 de janeiro de 2010)

sofreu inúmeras perdas quando o prédio de comando da missão, o Hotel Christopher (Figura 2), desabou durante o terremoto, matando uma dezena de pessoas, inclusive o representante especial da ONU para o Haiti.

A tropa do CFN precisou se adaptar às mudanças e ao que ocorreria como efeito colateral. Em todo o país, mas principalmente na capital, área mais atingida e com o maior número de vítimas, havia movimentação constante da população em busca de ajuda. As pessoas que perderam tudo e as que temiam novos tremores passaram a se concentrar em praças ou em áreas até então inabitadas, formando inúmeros acampamentos. Fome, sede, doenças e morte começaram a se fazer presentes. Milhares de corpos ainda permaneciam nas ruas ou em habitações que colapsaram. A Minustah, principalmente a tropa brasileira, precisou trabalhar ra-

pidamente, tentando entender o ocorrido, identificar possíveis alternativas e atuar.

Em poucos dias, isto ocorreu. Alguns oficiais foram designados para a função de oficiais de ligação¹⁵, e tinham como tarefa estar diariamente próximos aos civis que haviam se deslocado ao Haiti como voluntários a serviço da ONU. Uma sequência de procedimentos foi estabelecida, e as tropas iniciaram ações para as quais não havia manual. Os documentos oriundos do comando da Minustah e que determinavam quaisquer ações se chamavam *Task Orders*¹⁶. Antes compostos de quatro a cinco páginas, passaram a ser de uma página, em forma de tabelas e com apenas uma linha em que eram discriminados: o que, onde, quando e como seria feito e quem faria.

Por dias foram realizadas inúmeras missões de distribuição de água e alimentação nos mais diversos lugares

15 O autor atuou por um mês como um dos oficiais de ligação, trabalhando diariamente no complexo de comando logístico temporário da Minustah.

16 *Task Orders*, em tradução livre do autor, são ordens fragmentárias. Nestas não se alteram normalmente a situação, a missão e o sistema de comando e controle. Nelas são previstas novas formas de execução das tarefas.

onde existiam haitianos reunidos. Em algumas ocasiões, devido a insipiente desconhecimento da situação no local, ocorriam tumultos, e a dificuldade para controlá-los era imensa. Além desse apoio humanitário, as patrulhas de segurança também tinham que ser feitas, pois, por uma questão inesperada, dos quase 6 mil detidos durante os 11 primeiros contingentes, cerca de 5 mil saíram livres dos presídios, quando os portões foram abertos em virtude da disseminação de que após o terremoto estaria se formando uma tsunâmi¹⁷. A situação era caótica, todavia vários foram os aprendizados e as experiências adquiridos pelos militares do CFN.

Apesar de todas as dificuldades, as tropas brasileiras e, particularmente, as do CFN executaram suas tarefas de forma positiva. Cabe mencionar que, quando os Estados Unidos decidiram enviar suas tropas, em 21 de janeiro de 2023, e estas chegaram ao Haiti, não tinham um perfeito entendimento da situação e de como se aproximariam da população. Existia certa animosidade dos haitianos com os americanos em virtude de antecedentes históricos¹⁸. Desta forma, os americanos procuraram os brasileiros para entender como estes conseguiram criar proximidade com o povo haitiano, a fim de aplicar em suas atividades futuras. A missão terminou em 2017, e o Brasil enviou mais de 30 mil militares para o Haiti, entre estes cerca de 7 mil fuzileiros navais¹⁹. Seria possível pontuar que, entre

as missões no exterior, RD e Angola, o cenário vivenciado pelas tropas do CFN no Haiti tornou-se a principal sala de aula para os aprendizados adquiridos pelo CFN no exterior, alguns dos quais serão elencados a seguir.

O CFN E OS ENSINAMENTOS APRENDIDOS

Na Constituição Federal de 1988 (CF88) está descrito que deve ser observada “autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica das controvérsias”, e primava-se, até 2004, pelo emprego de tropas em missões de paz, observando-se o Capítulo VI da Carta das Nações Unidas, o qual prevê “a utilização de medidas pacíficas na solução de disputas, não incluindo o uso da força”. Evitava-se a todo custo empregar tropas em missões de paz que estivessem sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, em que se impõe a paz por meio de enfrentamento, utilizando-se todos os meios necessários para a sua implementação, incluindo o uso da força (ONU, 1945, pp. 22 e 27)²⁰. No Haiti, este capítulo foi utilizado, e o Brasil, com suas tropas, não se omitiu, participando da missão com considerável efetivo de militares.

A participação do CFN do Brasil, com tropas constituídas em missões de paz no exterior, proporcionou uma soma de conhecimentos operativos que possibilitou a construção de uma cultura estratégica na MB, visando manter-se em condições

17 O tsunâmi consiste em uma série de ondas gigantes produzidas por um distúrbio debaixo da água, geralmente associada a terremotos que ocorrem no fundo do oceano ou perto dele. Pode produzir correntes excepcionalmente fortes, inundar rapidamente a terra e destruir comunidades costeiras. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2022/11/o-que-e-um-tsunami-e-quais-sao-suas-causas>. Acesso em: 10 mar. 2023.

18 Os EUA ocuparam o Haiti de 28 de julho de 1915 a 1ª de agosto de 1934 e fizeram outras intervenções que não produziram avanços no país. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/2492>. Acesso em: 10 mar. 2023.

19 O autor teve a oportunidade de participar de três contingentes (8º, 12º e 23º contingentes).

20 Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>. Acesso em: mar. 2023.

de integrar contingentes que porventura fossem solicitados ao país em situações futuras. Alguns desses ensinamentos, que contribuíram para a construção de uma cultura estratégica tipicamente brasileira, serão agora pontuados.

Planejamento

Até o fim dos anos 90, o Brasil não tinha um MD, no qual pudesse reunir conhecimentos adquiridos nas suas FA, contribuindo para o desenvolvimento de planejamentos de emprego conjuntos. Cada FA fazia seus planejamentos e executava suas ações. Com relação a alguns aspectos importantes, tais como a logística de apoio, a equipe de planejadores da futura brigada brasileira que atuaria no Haiti utilizou os registros históricos da Faibras. Desta forma, a organização do componente militar inicial se assemelhou bastante à estrutura do que foi levado à RD. Com o decorrer da missão, e após sucessivos rodízios de tropa, a configuração sofreu alterações de acordo com as realidades ou necessidades (BRAGA, 2017, p. 18).

A partir dos anos 2000, já havendo um MD e integrando repetidos contingentes no Haiti, as FA desenvolveram essa capacidade e a empregaram muito bem quando necessário. A MB e o seu CFN, neste aspecto, souberam muito bem aproveitar esse momento auspicioso, desenvolvendo um sistema de planejamento baseado em uma estrutura organizacional que facilitou o trabalho de Estado-Maior, o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav).

Estrutura Organizacional do CFN para emprego em Operações de Paz

Tomando-se como referência o Haiti, após o estudo da situação, entendeu-se

que seria disponibilizado para a ONU um GptOpFuzNav, denominado Batalhão de Proteção (BtlPtç), e uma Unidade Médica Nível 2, ambos tendo suas organizações descritas em documentos produzidos, respectivamente, pelo Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComFFE) e pela Diretoria de Saúde da Marinha (DSM) (BRASIL, 2009, pp. 8-1, par. 1).

O BtlPtç é um GptOpFuzNav de características especiais, posto que aplica o conceito de componentes de forma a adequar-se às especificidades de sua missão. É nucleado em torno de um Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais (BtlInfFuzNav). Sua denominação advém de uma tradução adaptada da nomenclatura Protected Infantry Battalion, adotada pela ONU para as unidades de infantaria empregadas em Op. de Paz sob sua égide. A organização e os meios do BtlPtç são produtos da adaptação da constituição recomendada pela ONU para as unidades de infantaria às especificidades das unidades da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE), a quem cabe a tarefa de organizar, mobilizar e aprestar esse GptOpFuzNav. (BRASIL, 2009, pp. 8-1)

O GptOpFuzNav é uma organização para o combate, nucleada por fuzileiros navais, constituída para o cumprimento de missão específica e estruturada segundo o conceito organizacional de componentes, nos quais são reunidos os elementos constitutivos de acordo com a natureza de suas atividades. Esse modelo organizacional proporciona flexibilidade e versatilidade ao comando, pois combina as capacidades e potencialidades dos meios de combate terrestres (incluindo os meios de apoio ao combate), aéreos (incluindo os meios de controle aerotático

e defesa antiaérea) e logísticos, integrados por uma estrutura de comando e controle (BRASIL, 2013, p. 2-2)²¹.

Os GptOpFuzNav, ao adotarem essa estrutura organizacional, têm a possibilidade de serem expandidos ou reduzidos, permanecendo prontos para cumprir os mais diversos tipos de tarefas. Podem ser empregados em operações com diferentes níveis de violência, desde missões de combate até humanitárias, e em ambientes operacionais diversos. Eles são constituídos, fundamentalmente, pelo Componente de Comando (CCmdo), Componente de Combate Terrestre (CCT), Componente de Apoio de Serviços ao Combate (CASC) e Componente de Combate Aéreo (CCA). Essa estruturação orientará a organização e o emprego de cada componente (BRASIL, 2013, pp. 2-3 e 4-2).

Mesmo nas situações em que o GptOpFuzNav não corresponda exatamente ao previsto para o BtlPtç, este será sempre organizado em CCmdo, CCT, CASC e outros componentes, se for o caso. O ponto fundamental é proporcionar a ele capacidade de comando, controle e planejamento, não importando o valor de tropa do seu CCT, de modo que, ao ser inserido em uma estrutura maior, o faça como um elemento constituído, sob o comando de seu comandante (BRASIL, 2009, pp. 8-4).

Desta forma, as manobras terrestres estarão coordenadas com a logística, com apoio aéreo, quando e onde for necessário, e todos poderão ser supridos por um sistema de comunicação que possibilitará ao comandante ter o comando e controle de toda a situação. O comandante terá maior flexibilidade, versatilidade e facilidade para coordenar suas ações com outras do comando superior, visando a empregos futuros.

Controle Financeiro

Um dos assuntos mais importantes para a realização de qualquer atividade, seja esta de cunho militar ou civil, é saber quem paga. Quando se trata de atividades militares no exterior, a situação torna-se mais complexa. Das missões na RD e em Angola, infelizmente, não foi possível encontrar registros históricos sobre este aprendizado, todavia a missão no Haiti proporcionou excelentes conhecimentos em relação a este assunto. Muitos ensinamentos foram aprendidos e internalizados durante a execução da missão. Não se sabia, por exemplo, a melhor forma de receber retornos financeiros, os chamados reembolsos, com relação aos materiais utilizados na missão. Eventualmente, ocorriam visitas de funcionários civis da ONU para verificar o material utilizado nas bases. Eles se deslocavam para checar *in loco* se o material previsto para a missão realmente estava presente e quais eram as condições de uso. Isto se fazia necessário porque a ONU “alugava” os equipamentos dos contingentes integrantes; logo, os inspetores tinham a tarefa de verificar. Fruto dessas inspeções, foram gerados documentos que possibilitaram ao Brasil receber bons valores pelos materiais “alugados”. Aos poucos, estes conhecimentos e as percepções sobre o que era cobrado e que ações eram necessárias para que a nota máxima em uma inspeção fosse alcançada foram aprendidos e minuciosamente detalhados em documentos que, periodicamente, foram criados ou atualizados.

Na MB, antes mesmo da missão no Haiti, foi elaborado o documento EMA-402 em 2002, que tratava de Operações de Manutenção da Paz. Nele há uma descrição

21 Disponível em: <https://pt.slideshare.net/DanielFXA/cgcfnl8-manual-de-operaes-de-paz-dos-grupamentos-operativos-de-fuzileiros-navais>. Acesso em: 12 mar. 2023.

sobre o Memorando de Entendimento (Memorandum of Understanding – MOU)²² e está pontuado o sistema de reembolso adotado pela ONU, quando parte dos recursos empenhados pelo governo brasileiro para o envio de contingente a uma OMP retorna ao Tesouro Nacional por meio de reembolsos, que serão efetuados pela ONU. No entanto, para cada operação, é assinado um MOU. Dessa forma, o reembolso das despesas será tanto maior quanto melhor for a negociação entre o Brasil e a ONU na elaboração do MOU (BRASIL, 2002, p. 48)

No MD34-M-02 – Manual de Operações de Paz, criado em 2013, no item 2.2.4.3, são tratadas as diretrizes para Operação de Paz (Guidelines), e, em seu subitem “E”, está elencada uma série de questões administrativas, financeiras e logísticas, nas quais constam as “informações sobre os itens e serviços logísticos que poderão ser fornecidos ou prestados pela ONU, bem como aqueles que a ONU já sabe que não terá como fornecer ou prestar, o que permitirá, no futuro, seu reembolso” (BRASIL, 2013, p. 24).

Desta forma, em virtude da continuidade da missão e de maior cuidado com o registro de soma de conhecimentos ligados ao setor financeiro, antes inexistentes ou conhecidos por pouquíssimos militares, criou-se uma cultura que, quando transmitida entre contingentes, resultou em massa crítica, possibilitando ao Brasil aumentar recebimento de maior volume de recursos da ONU.

Formação de Massa Crítica²³

Tropas do CFN participaram de algumas missões de paz, integrando contin-

gentes da OEA e da ONU, conforme já pontuado, e, ao longo das suas atividades, aprenderam com seus acertos e erros. O número de militares qualificados que tiveram algum tipo de ensinamento aumentou continuamente, e muitos conseguiram registrar todo o conhecimento, podendo transmiti-los a gerações futuras, possibilitando cada vez mais que aprimoramentos fossem realizados.

Na RD foram cerca de 2 mil militares; em Angola, 2.500; e, no Haiti, mais de 7 mil fuzileiros navais, entre homens e mulheres, tiveram a oportunidade de serem desdobrados no terreno. Sendo tropa profissional, com maior possibilidade de permanência de seus efetivos por elevado período de tempo, esses militares formaram importante massa crítica, permitindo ao CFN manter os registros, realizar exercícios próprios e criar estruturas organizacionais internas que estariam à disposição da ONU para serem utilizadas em situações excepcionais, contribuindo de maneira formidável para uma cultura de atuação expedicionária com emprego no exterior, atendendo ao previsto em documentos oficiais, tais como a Política Nacional de Defesa, e para atuação do CFN na Estratégia Nacional de Defesa.

Mudança de Postura Operacional de Atuação das Tropas

Quando se lê a Resolução 1.542/2.004 do CSONU²⁴, no que se refere às tarefas atribuídas à Minustah durante a missão no Haiti, percebe-se claramente mudança de postura operacional. As tropas atuariam observando-se o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, que trata de “Ações

22 Trata das responsabilidades administrativas e logísticas entre a ONU e os países participantes (BRASIL, 2002).

23 Número de indivíduos a partir do qual um fenômeno adquire dinâmica que o permite ser sustentável e crescer por si próprio. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/massa-critica/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

24 Disponível em: [file:///C:/Users/awesa/Downloads/S_RES_1542\(2004\)-ES.pdf](file:///C:/Users/awesa/Downloads/S_RES_1542(2004)-ES.pdf). Acesso em: 12 mar. 2023.

Relativas a Ameaças à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão” e possibilita que “medidas sejam tomadas a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais”, ou seja, estariam autorizados todos os meios necessários para a sua implementação, incluindo o uso da força (ONU, 2004, p. 26).

A adoção dessa configuração de missão seria para o Brasil uma quebra de paradigma, pois suas tropas poderiam atuar para impor a paz, podendo inclusive entrar em combates reais com nativos que não aceitassem o previsto na resolução e decidissem resistir. Para o Brasil, isto marcou importante ponto de inflexão, principalmente porque o país não participou da missão apenas com considerável efetivo de militares, mas exerceu, também, desde o início, a liderança do componente militar (BRAGA, 2010, p.13).

O CFN entendeu perfeitamente essa mudança de postura e se adaptou, preparando seus militares continuamente para o cumprimento desta tarefa, de acordo com o previsto na Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Decreto nº 6703, de 18 de dezembro de 2008, em que consta:

As FA deverão ter condições de atuar, de forma singular ou conjunta, em operações internacionais, quer de caráter expedicionário, de operações de paz ou de ajuda humanitária. Para assegurar sua capacidade de projeção de poder, a Marinha do Brasil possuirá, ainda, meios de Fuzileiros Navais, em permanente condição de pronto emprego para

atuar em operações de guerra naval, em atividades de emprego de magnitude e permanência limitadas. O CFN, força de caráter anfíbio e expedicionário por excelência, constituiu-se em parcela do Conjugado Anfíbio da Marinha do Brasil. (BRASIL, 2022, pp. 24-26)

Neste ponto, mais uma vez, o CFN destacou-se quanto ao preparo e à atuação nas ruas do Haiti, quando foi “chamado” ao combate e impôs a paz em Cité Soleil, fato marcante e que contribuiu sobremaneira para fomentar nos fuzileiros navais uma nova cultura de emprego.

A relação com outros países integrantes da missão

Um dos pontos fundamentais para o sucesso de uma missão é o tipo de relação que se estabelece entre os integrantes de um determinado grupo designado para realizá-la. Quando temos envolvidas em uma missão pessoas de diferentes países – militares, policiais e civis –, a situação se torna bem mais complicada. Inicialmente, quanto à língua falada na ONU e na OEA, utiliza-se a língua inglesa. Na ONU também favorece falar e entender o francês.

No Haiti, a situação se tornou complicada, pois a língua falada é o *créole*²⁵, e a religião, o Vudu. A cultura era diferente da adotada na América. Desta forma, os contingentes participantes teriam que se adaptar rapidamente. Soma-se a estes problemas iniciais uma clara diferença na forma de atuação de cada contingente militar e policial,

25 Durante o processo de independência do Haiti, os negros apenas falavam o francês, mas não sabiam escrever. A maioria dos franceses foi assassinada ou fugiu. Logo, não existia naquele momento um registro escrito de como os negros se comunicavam por meio da escrita. Então, eles decidiram colocar no papel a língua falada, todavia concordando de forma exata a fala com a escrita, e a esta nova “língua” deram o nome de *créole*, que nada mais é do que escrever o francês exatamente como se fala. Por isso, as palavras pequenas acabaram sendo preservadas, mas nas palavras com mais de duas sílabas, ao serem escritas, percebe-se uma pequena diferença do francês, em virtude dos reducionismos realizados.

decorrente de suas doutrinas de emprego. A ONU determina um treinamento básico antes do desdobramento na área de operação, quando todos os militares vivenciam as situações aprendidas em outras missões, todavia nada é real até que a realidade se impõe, e, no Haiti, muitas das fricções ocorriam durante a missão. O grande feito das tropas brasileiras, e especialmente do CFN, foi aprender rapidamente a cultura e se adaptar. Desta forma, percebe-se que, nas diferentes fases da missão, o CFN esteve sempre bem-preparado.

No cenário sul-americano, o mais importante aspecto digno de nota refere-se ao inédito engajamento militar regional, compartilhando com importantes parceiros (alguns antigos rivais) da América do Sul objetivos militares comuns. (BRAGA, 2010, p. 15)

Desta forma, para o CFN, o aprendizado de interagir com outros países nas diferentes missões de paz, principalmente no Haiti, foi fundamental. Os fuzileiros navais desembarcam no Haiti com todo o material necessário e buscaram interagir com os contingentes de outros países de forma cordial e sempre atentos às necessidades impostas pela natureza da missão. Conquistaram e pacificaram a área mais complexa e perigosa, a favela de Cité Soleil, e, após terem recebido outra área de responsabilidade, rapidamente buscaram obter os conhecimentos necessários, conhecer os líderes locais e estabelecer elos de “amizade”.

Como atuar com OI e ONG em Ações de Emergências Humanitárias

A República Dominicana (anos 60), Angola (anos 90) e o Haiti (anos 90 e 2000) viviam situações políticas e sociais muito

similares. Haviam saído de um longo período de governo sob controle autoritário, pobreza extrema e disputas entre gangues ou grupos violentos que se opunham e provocavam um número elevado de mortes entre a população. O CFN atuou na RD basicamente para auxiliar no cerco, no isolamento e no apaziguamento. Em Angola, os fuzileiros foram utilizados para controlar a área de aquartelamento e escoltas, ou seja, em ambos os países não houve, por parte do CFN, atividades que propiciassem uma melhora social dos habitantes. Já no Haiti a situação foi diferente. O país vivenciava, nos anos 2000, problemas de cunho social que muito se assemelhavam a situações existentes em algumas regiões do Brasil: pobreza, doenças, grupos armados extremamente violentos, ausência de uma polícia bem equipada, capaz de proteger a população, corrupção em todos os níveis e, excepcionalmente, catástrofes provocadas por enchentes ou furacões que assolavam o país em determinados momentos.

No Haiti, seria exigida do CFN uma boa capacidade de adaptação em virtude das formas de trabalho adotadas pelos OI e pelas organizações não governamentais (ONG) em ajuda humanitária. Estes têm o costume de atuar para resolver um problema observando-se apenas a ocorrência e sem parâmetros que poderão influenciar no cumprimento da tarefa. Isto provocava sentimentos diversos, pois influenciava diretamente no cumprimento das tarefas principais das forças militares, conforme previstas na resolução 1.542 da ONU (ONU, 2004, pp. 2-3).

Estas tarefas eram voltadas para a garantia de um ambiente seguro e estável. Isto significava estar presente nas ruas por meio de patrulhas que demandavam grande desgaste pessoal, operacional e logístico. Recebendo, em paralelo, tarefas para atuar junto com OI e ONG em situações

inopinadas e de acordo com as necessidades desses organismos, demandavam a realização de novos planejamentos, realocação de meios em pessoal e material, provocando elevado desgaste em detrimento da missão principal. Após o terremoto em 2010, como já pontuado anteriormente, os pedidos para missões emitidos por OI ou ONG presentes na área de apoio²⁶ da ONU eram totalmente inopinados e com curtos prazos para execução. Não eram seguidos modelos existentes, e, em inúmeras ocasiões, os locais eram distantes da base. Quando isto ocorria, os planejamentos de patrulhas já consolidados tinham que ser modificados em minutos, provocando desgaste físico e mental dos planejadores e dos executantes.

Todavia notou-se, após poucas semanas, que o aprendizado e o sentimento de cumprimento de dever foram enormes. As tropas, antes treinadas para o combate, passaram a atuar em ajuda humanitária, e os modelos de emprego, antes previstos para o enfrentamento, foram reestruturados, possibilitando que todas as tarefas fossem cumpridas com êxito. A satisfação maior foi perceber que muitas vidas haitianas foram salvas em virtude da capacidade de adaptação da tropa brasileira às condições de atuação que a ela foram impostas.

Combate a grupos armados em diferentes países (RD – Angola – Haiti)

Nos três ambientes operacionais, focos deste estudo de caso – RD, Angola e Haiti –, a forma de atuar da tropa brasileira foi diferente, e, a cada sucesso alcançado, os aprendizados foram considerados importantes para o aprimoramento técnico-operacional dos militares envolvidos. Na RD

existiam dois grupos político-militares com diferenças internas, mas atuando em um ambiente reduzido, facilitando militarmente o cerco, o combate e, quando e se necessário, o controle. Em Angola, a tropa atuava apenas em autodefesa, e o ambiente operacional era bastante desfavorável devido às condições ambientais. Havia a obrigação de garantir a segurança de um campo de refugiados, e eram realizadas escoltas a fim de transportar grupos adversos, para impedir que estes fossem assassinados por opositores.

No Haiti, apesar de existirem grupos armados em diferentes locais, a concentração de gangues contrárias ao governo estava em Porto Príncipe, por ser esta cidade a capital político-administrativa do país. Todavia o ambiente operacional era complexo, pela enorme quantidade de favelas, todas interligadas, e a imensa quantidade de gangues muito bem armadas e com perfil de enfrentamento. O combate contra essas gangues, nesta missão, iria ocorrer de rua em rua, e a simples existência de grupos armados na área de operações mudava completamente a postura da tropa e o aprendizado. A permanente possibilidade de ocorrer combates fazia com que os militares tivessem um cuidado maior com seu armamento e equipamento. Esses cuidados, ensinados em treinamentos, somente são consolidados quando se vivencia uma situação real, quando os riscos estão presentes e a possibilidade de perder a vida torna-se uma constante.

Em todos os países, RD, Angola e Haiti, os militares do CFN aprenderam a se proteger mutuamente e aperfeiçoaram os ensinamentos obtidos durante seus treinamentos, todavia, no Haiti, em

26 O autor trabalhou diariamente, por um mês, como um dos oficiais de ligação do batalhão brasileiro no complexo de comando temporário da Minustah após o terremoto.

diferentes momentos, foram introduzidas algumas ações operacionais que mudaram o perfil de atuação da tropa, sendo uma dessas o estabelecimento de pontos fortes no interior das favelas em Porto Príncipe, onde havia carência e grandes problemas de insegurança, além de não existir qualquer estrutura de contato direto do Estado constituído com a população haitiana. A Minustah, atuando por meio de suas forças militares, não representava propriamente o Estado haitiano, mas a população a percebia desta forma. Logo, para que houvesse interação, era necessário estar presente. Assim, foram estudados locais com importância operativa dentro das favelas, e, em virtude das vitórias das tropas sobre as gangues, os locais, anteriormente identificados, foram ocupados e permaneceram em condições de interação com a população local, identificando-se deficiências, fraquezas, possibilidades de atuação e melhorias que poderiam ser feitas. No início de 2008, durante o 8º Contingente²⁷, existiam pontos fortes estabelecidos nas três principais regiões críticas de Porto Príncipe: Bel-Air, Cité Militaire e Cité Soleil.

Os enfrentamentos de gangues no Haiti provocaram reflexos no Brasil, por ocasião de eventos que ocorreriam na cidade do Rio de Janeiro durante o período de 2007 a 2016. O posicionamento de pontos fortes foi positivo, e seus reflexos levaram à visita da cúpula de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro para conhecê-los. Em novembro de 2008, foi implantado naquele estado o programa de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), muito semelhante ao estabelecido em Porto Príncipe.

Outro ensinamento do Haiti, que levou o CFN a um sucesso no Brasil, foi a ocupação do Complexo do Alemão em 2010²⁸, em conjunto com a Polícia Militar do Rio de Janeiro. O local era formado por um conjunto de favelas com alto índice de criminalidade, e a similaridade do ambiente operacional lembrava aquilo que as tropas haviam enfrentado no Haiti, com uma imensa quantidade de bandidos, os quais tinham armamento pesado e conheciam o terreno. No entanto estas peculiaridades não limitaram as tropas do CFN, que cercaram, invadiram, enfrentaram as ameaças e expulsaram, em apenas um dia, os meliantes.

Essas situações no Rio de Janeiro, reflexo dos ensinamentos adquiridos no Haiti, assim como tantas outras, possibilitaram a construção de uma cultura de emprego do CFN em missões de paz, em virtude de sua capacidade de adaptação, flexibilidade e versatilidade no emprego, além da sua atuação indissociável da MB, podendo deslocar-se rapidamente para ambientes operacionais no próprio Brasil, devido às dimensões continentais, ou no exterior, como já elencado, projetando poder de combate ou ajuda humanitária.

CONTRIBUIÇÃO DO CFN PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA ESTRATÉGICA BRASILEIRA

Em função do ocorrido em várias oportunidades durante sua história, o CFN do Brasil, de acordo com a Doutrina Básica da Marinha, entendeu que deveria especializar-se nas atividades que envol-

27 O autor integrou o 8º Contingente como adjunto da Seção de Operações e acompanhou a visita mencionada.

28 Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/ocupacao-da-vila-cruzeiro-e-do-complexo-do-alemao/noticia/ocupacao-da-vila-cruzeiro-e-do-complexo-do-alemao.ghtml>. Acesso em: 14 mar. 2023.

vessem emprego de tropas em missões no exterior, tanto em missões de paz como de ajuda humanitária. Desde o momento histórico considerado seu batismo de fogo, o desembarque e a conquista de Caiena, o CFN passou longos anos fixado em terra, seja no Rio de Janeiro ou em Distritos Navais. No entanto, a partir dos eventos ocorridos na Segunda Guerra Mundial, no que tange ao realizado pelos fuzileiros navais dos Estados Unidos, o CFN teve um novo direcionamento e decidiu enviar seus militares para aprenderem ou se atualizarem sobre a nova doutrina de emprego. A partir da sua participação em missões na RD, em Angola e na mais recente, o Haiti, foi consolidada uma peculiaridade que há tempos se faz presente: o CFN tinha como destino participar em ações expedicionárias e projetar poder da MB sobre terra por meio de desembarques anfíbios.

Os conceitos de GptOpFuzNav e Conjugado Anfíbio complementam-se quando se realiza um movimento expedicionário, na medida em que já se têm embarcadas em meios navais tropas do CFN, especializadas e prontas para cumprir qualquer tipo de atividade, no Brasil ou no exterior, proporcionando ao Poder Naval e, em último nível, ao Brasil condições de atuar militarmente de forma intempestiva e com reflexos positivos para o país.

Em 2021, tendo como um dos focos principais o emprego em missões de paz e, a partir dos aprendizados adquiridos

devido ao emprego de tropa constituída em missões anteriores – RD, Angola e Haiti –, o CFN desenvolveu-se internamente e buscou preparar seus militares para ter pronta uma companhia, entendida pela ONU como Quick Reaction Force Company, nível 3 (QRF3)²⁹, para ser desdobrada em até quatro meses, a partir da solicitação da ONU ao Brasil. Em abril de 2022, o Brasil teve aceita sua proposta de acordo com o Fax DPO-2022-01403, do Departamento de Operações de Paz da ONU (DPKO).

Tendo conquistado essa primeira capacitação, o CFN iniciou gestões, ainda em 2022, para também colocar à disposição da ONU um GptOpFuzNav de Força de Paz, nível pelotão, com especialidade em desativação de artefatos explosivos, no nível 1 do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção de Paz das Nações Unidas (UNPCRS, sigla em inglês). Da mesma forma, devido ao preparo

adquirido em experiências anteriores, a ONU aprovou o pleito de disponibilização desse GptOpFuzNav.

Sem dúvida, à semelhança de países com maior projeção internacional, proporcionar ao CFN e à MB condições de mobilizarem-se com rapidez, flexibilidade e versatilidade, tendo a capacidade de permanecer em uma área de operações, longe da sua base, em algum local do Brasil ou no exterior, atuando positivamente, contribuiu para construção e projeção de uma cultura estratégica tipi-

Mobilidade e capacidade de permanecer em área de operações longe da base contribuíram para que o CFN construísse cultura estratégica tipicamente brasileira

29 Em tradução livre do autor, entende-se como uma Companhia de Força de Reação Rápida (QRF3).

camente brasileira de atuação no exterior, e isto provavelmente provocará reflexos nas relações militares com outros países, projetando o Brasil como um importante ator em organismos internacionais, tais como a ONU e a OEA, quando houver a necessidade do emprego de tropas em missões de paz.

CONCLUSÃO

Sendo uma parcela indissociável da Marinha do Brasil, o CFN tem por características ser uma tropa de pronto emprego, o que significa estar sempre pronta para ser utilizada em qualquer ambiente operacional; anfíbia, por ter elevada flexibilidade e versatilidade no seu emprego; e, ainda, expedicionária, por possuir capacidade de deslocar-se ou ser transportada em meios navais com elevada mobilidade, permanecendo em situação de operacionalidade por longos períodos. Ao longo dos anos, tendo sido empregada em diferentes ambientes operacionais no exterior, por suas características intrínsecas, foi percebido que havia um destino a ser perseguido, que teria como propósito “manter o CFN como a Força Expedicionária do Brasil, com perfil anfíbio e de pronto emprego”, e assim foi feito. Para isso, muito contribuíram os ensinamentos obtidos a partir das missões de paz no exterior nas quais tropas do CFN estiveram envolvidas.

Entre estes ensinamentos, citamos: aprimorar o planejamento de emprego de tropas no exterior por meio da criação de manuais doutrinários e normas; empregar uma nova estrutura organizacional do CFN, o GptOpFuzNav; entender o perfeito

funcionamento do controle financeiro realizado por meio da ONU, proporcionando ganhos para o Brasil; criar uma elevada massa crítica; perceber uma mudança de postura operacional de atuação de tropas durante as missões no exterior, por estarem efetivamente inseridas em ambientes operacionais com alto risco de morte; integrar-se de forma positiva com outros países participantes da missão, os quais têm elementos culturais e linguísticos diferentes dos existentes no Brasil; atuar com OI e ONG em ações humanitárias nos casos de emergências, quando os organismos elencados possuem modos de interagir diferentes dos militares; e, por último, mas talvez o mais importante, aprimorar-se no combate a grupos armados, possibilitando uma soma de aprendizados que contribuiria para a construção de uma cultura estratégica de emprego desta tropa em missão de paz sob a égide da ONU.

A consolidação dessa construção, que teve início em 1808, foi efetivada a partir de 2022, quando o CFN recebeu autorização da ONU para ter uma companhia para pronto emprego a ser desdobrada em até quatro meses, a partir da solicitação feita ao Brasil, e ainda um GptOpFuzNav de Força de Paz, nível pelotão, com especialidade em desativação de artefatos explosivos, no nível 1 do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção de Paz das Nações Unidas.

Esta forma, sem dúvida, perseguindo seu destino manifesto e mantendo-se como a força de caráter expedicionário, anfíbia e de pronto emprego, o CFN ainda tem muito a contribuir para a consolidação de uma cultura estratégica do Brasil de atuação em missões de paz no exterior.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<FORÇAS ARMADAS>; Corpo de Fuzileiros Navais; Fuzileiros Navais; Operação de Paz;

REFERÊNCIAS

- BRAGA, C. C. V. (2005). “A missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti e o seu componente militar”. *O Anfíbio*, Rio de Janeiro, pp. 46-61. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/006891717820618f1aef9>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- BRAGA, C. C. V. (2010). “Desafios futuros para as operações de paz brasileiras”. *Revista da Escola de Guerra Naval*, (15), pp. 11-23.
- BRAGA, C. C. V. (2017). 4. “Os desafios iniciais da participação das Forças Armadas Brasileiras na Minustah”. *A participação do Brasil na Minustah (2004-2017)*, 36.
- BRASIL. (2013). Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN-0-1. *Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais*. Rev 1. Rio de Janeiro, RJ. Brasil.
- BRASIL. (2009). Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN 1-8. *Manual de Operações de Paz dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais*. Rev 1. Rio de Janeiro, RJ. Brasil.
- BRASIL. (2022). Constituição da República Federativa do Brasil. Centro de Documentação e Informação. Câmara dos Deputados. Brasília, D.F. Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988>.
- BRASIL. (2002). Estado-Maior da Armada. EMA-402. Operações de Manutenção da Paz. 1ª ed. Brasília, D.F. Brasil.
- BRASIL. (2020). Ministério da Defesa. MD30-M-01. Doutrina de Operações Conjuntas. Conceitos Doutrinários. 1ª volume, 2ª ed. Brasília, D.F. Brasil.
- BRASIL. (2013). Ministério da Defesa. MD34-M-02. *Manual de Operações de Paz*. 3ª ed. Brasília, D.F. Brasil.
- BRASIL. (2020). Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa. D.F. Brasil.
- CARVALHO, L. P. M. (2003). “Ação militar e política de D. João VI no Brasil”. *A Defesa Nacional*, 89 (795).
- DE MELO, R. L. (2010). “Tomada de Caiena”. *Navigator*, 6(11), pp. 61-69.
- FAN, R. (2015). “50 Anos da Participação Brasileira (Faibras) na Estabilização da República Dominicana”. *Defesanet*. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/ecos/noticia/19481/50-anos-da-participacao-brasileira-faibras-na-estabilizacao-da-republica-dominicana/>.
- GALANTE, A. (2017). “209 anos do Corpo de Fuzileiros Navais”. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2017/03/07/209-anos-do-corpo-de-fuzileiros-navais-cfn/>.
- HÖRING, J. D. S. (2015). *Os Movimentos de Libertação Nacional em Angola: trajetória política, guerra civil e impactos sobre a construção do Estado (1975-2002)*.
- MONTEIRO, A.A.D. Entrevista concedida ao CMG (FN) José Luiz Corrêa da Silva, em 10 mar. 2010a.
- MENDONÇA, M. V. (2017). “As Operações de Paz”. *Doutrina Militar Terrestre em Revista*, 5(12), 20-27.
- ONU. (1945). Carta das Nações Unidas. Assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>
- ONU. (2004). Resolución 1.542. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 4961ª sesión, celebrada el 30 de abril de 2004. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2005/3729.pdf>.
- RAMOS, M. F. A. (2020). “A Brigada Real da Marinha”. (Tese de Doutorado).
- RÊGO, V. G. e SCHNEIDER, R. de O. (2022). “Caiena, Batismo de Fogo”. *Revista do Clube Naval*, v. 1, n. 401. Rio de Janeiro, RJ. Brasil.
- SILVA, J. C. R. (1997) “A paz em Angola e a participação do Corpo de Fuzileiros Navais”. *O Anfíbio*, Rio de Janeiro, ano 17, nº 16, pp. 6-9.